



**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
AUDITORIA INTERNA**

PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2025

PAINT (2025)



Aprovado na [382ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da IMBEL, em 17 de Dezembro de 2024.](#)

"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT/25) da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) estabelece as ações e atividades programadas pela Auditoria Interna (AI) **para o exercício de 2025**, delineando os trabalhos a serem executados ao longo do ano. Esse planejamento tem como objetivo garantir a conformidade, a eficiência e a eficácia das operações da empresa, **alinhando-se às melhores práticas de governança corporativa e à legislação vigente**.

1.2. O PAINT/25 foi elaborado em conformidade com a [Instrução Normativa nº 05, de 27 de agosto de 2021, da Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#), que estabelece a sistemática para **planejamento, execução e apresentação** de resultados das atividades das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Além disso, o plano reflete as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), assegurando a observância dos normativos aplicáveis e a aderência aos princípios de auditoria pública. A elaboração do PAINT/25 também levou em consideração as recomendações estratégicas e operacionais fornecidas pelo **Conselho de Administração (CA)** e pelo **Comitê de Auditoria (COAUD)** da IMBEL, visando o fortalecimento da estrutura de controle interno e a mitigação de riscos corporativos.

1.3. A IMBEL é uma **empresa pública dependente, vinculada ao Ministério da Defesa (MD) por meio do Comando do Exército Brasileiro**, com a missão de *“Prover soluções em defesa e segurança, fortalecendo as suas capacidades estratégicas e a soberania nacional”* ([Mapa Estratégico 2023-2027](#)). Sua sede está localizada em Brasília/DF, e a empresa conta com cinco Unidades de Produção (UP), estrategicamente distribuídas na região Sudeste do Brasil. Essas unidades são:

UNIDADE DE PRODUÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Fábrica da Estrela (FE)	Magé - RJ
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE)	Rio de Janeiro - RJ
Fábrica de Itajubá (FI)	Itajubá - MG
Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	Juiz de Fora - MG
Fábrica Presidente Vargas (FPV)	Piquete - SP

1.4. A Auditoria Interna da IMBEL, como [órgão de assessoramento técnico e estratégico ao Conselho de Administração \(CA\)](#), desempenha uma função essencial no fortalecimento da governança corporativa, na avaliação da adequação e efetividade dos controles internos, na gestão de riscos e na supervisão da conformidade dos processos operacionais. Com uma **visão independente e objetiva**, a AI garante que as operações da empresa estejam alinhadas às legislações aplicáveis, às normativas internas e às melhores práticas de mercado, assegurando a integridade, eficiência e transparência da gestão.

1.4.1. Estrutura da Equipe da Auditoria Interna

A equipe da Auditoria Interna da IMBEL é composta por:

INTEGRANTES	CARACTERÍSTICAS
Chefe de Auditoria	Lidera a equipe, coordena as atividades de auditoria e reporta diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável pela supervisão geral dos trabalhos e pela formulação estratégica.

Assessor	Presta suporte técnico e operacional ao Chefe de Auditoria, auxiliando na execução das auditorias e na análise dos processos internos.
Coordenador	Presta suporte técnico e operacional ao Chefe de Auditoria, auxiliando na execução das auditorias e na análise dos processos internos, além de conduzir auditorias em áreas específicas, gerencia os trabalhos de campo e garante a execução das auditorias com independência e objetividade, conforme o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)
Especialista	Conduzem auditorias em áreas específicas, gerenciam os trabalhos de campo e garante a execução das auditorias com independência e objetividade, conforme o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).

2. OBJETIVOS

2.1. Os objetivos do **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)** da **IMBEL** são estabelecidos com base nas seguintes diretrizes:

2.2.1. Definir a estratégia geral de auditoria: Planejar os trabalhos prioritários a serem realizados pela auditoria interna, tanto na Sede quanto nas Unidades de Produção (UP), especificando a natureza, o momento adequado e a extensão das atividades de auditoria.

2.2.2. Apoiar a conformidade da gestão: Auxiliar os gestores no cumprimento das normas, regulamentos e diretrizes, assegurando que as práticas de gestão estejam em conformidade com os padrões estabelecidos.

2.2.3. Mitigar impropriedades e irregularidades: Contribuir para a redução ou mitigação de eventuais impropriedades ou irregularidades administrativas, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

2.2.4. Fortalecer os controles internos: Reforçar os mecanismos de controle da gestão, visando garantir a eficácia operacional e o cumprimento das metas estabelecidas pela IMBEL.

2.2.5. Verificar o cumprimento de recomendações: Monitorar a implementação e o cumprimento das recomendações dos órgãos de controle externo, como a CGU e o TCU, além das orientações internas da auditoria e dos Órgãos Estatutários da IMBEL. (CA, CF e COAUD).

3. METODOLOGIA E PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

3.1. TRABALHOS DE AUDITORIA

3.1.1. A **Auditoria Interna (AI)** da IMBEL identificou **15 trabalhos de auditoria passíveis de execução**, baseados na **gestão de riscos** e alinhados com as melhores práticas de governança. Além desses, há **4 trabalhos considerados "obrigatórios"**, conforme estabelecido por **normativos internos, legislações vigentes e determinações** do **CA** e do **COAUD**, conforme listados nos itens 3.3.6. e 3.4. do **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT/25)**. Os trabalhos obrigatórios têm amparo nas normas legais e regulamentares que regem a auditoria interna no setor público, em especial na [Instrução Normativa nº 3/2017](#) da Controladoria-Geral da União (CGU), que dispõe sobre as atividades de auditoria interna nas entidades da administração pública federal.

3.1.2. Os trabalhos de auditoria são selecionados e priorizados com base em critérios técnicos de **relevância, criticidade, materialidade** e análise de **riscos**, tanto em relação à auditoria quanto à organização. Estes critérios seguem as orientações previstas na [Lei nº](#)

[13.303/2016 \(Lei das Estatais\)](#), que impõe às empresas públicas e sociedades de economia mista a adoção de práticas de **gestão de riscos e controles internos** em suas atividades. Os seguintes aspectos são levados em consideração na definição das auditorias a serem realizadas:

CRITÉRIOS RELEVANTES	CARACTERÍSTICAS
Planejamento estratégico da IMBEL	A auditoria deve estar alinhada com os objetivos estratégicos da organização, conforme previsto no art. 9º da Lei nº 13.303/2016 , garantindo que as ações de controle contribuam diretamente para o alcance das metas corporativas.
Riscos críticos estratégicos	Identificação e priorização dos riscos que podem afetar gravemente a capacidade da IMBEL de atingir seus objetivos estratégicos, considerando o sistema de governança, gerenciamento de riscos e controles internos da empresa, como determinado pela Instrução Normativa CGU nº 1/2016 .
Complexidade do negócio e estrutura da unidade auditada	A auditoria avalia a complexidade operacional, a estrutura organizacional, e a natureza dos processos envolvidos, para garantir que os riscos associados sejam devidamente monitorados e mitigados, conforme as boas práticas descritas no COSO - Framework de Controle Interno e na ISO 31000:2018 (Gestão de Riscos).
Recursos disponíveis	A viabilidade dos trabalhos de auditoria é condicionada pela disponibilidade de recursos humanos, logísticos e financeiros da Auditoria Interna, garantindo que os trabalhos sejam executados com eficiência e dentro das limitações estabelecidas, conforme preconiza o Decreto nº 9.203/2017 , que trata da Política de Governança da Administração Pública Federal .

3.2. GESTÃO DE RISCOS

3.2.1. Em consonância com a [Estratégia de Longo Prazo da IMBEL \(2023 - 2027\)](#), aprovada na 360ª Reunião do Conselho de Administração da IMBEL, realizada em 15 de dezembro de 2022, são descritos abaixo os **Riscos Estratégicos**:

ORD	RISCOS ESTRATÉGICOS
1	Prejuízo financeiro ou dano aos ativos da empresa
2	Falha nas ações de prevenção ambiental
3	Descumprimento das obrigações trabalhistas
4	Atendimento parcial de normas regulamentadoras referentes à segurança do trabalho
5	Comprometimento da imagem da Empresa
6	Perda de participação no mercado
7	Plano de Negócio insatisfatório/ineficaz
8	Falhas na execução da estratégia de pós-venda
9	Práticas ineficientes de Gestão do Conhecimento
10	Obsolescência do parque fabril
11	Custos operacionais elevados
12	Aperfeiç/desenvolvimento insatisfatório de novos produtos/serviços estratégicos de defesa
13	Processos ineficazes de retenção/desenvolvimento de talentos
14	Estrutura física e processual em desconformidade com as normas reguladoras
15	Deficiência no mapeamento dos processos relevantes
16	Deficiência nas ações de mitigação dos riscos críticos

Tabela 1: Riscos Estratégicos

Fonte: Estratégia de Longo Prazo da IMBEL

3.3. AUDITORIA COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS DA AUDITORIA INTERNA

3.3.1. O [Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal](#), aprovado pela Instrução Normativa CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, estabelece diretrizes claras para que as Unidades de Auditoria Interna no âmbito do Poder Executivo Federal realizem suas atividades de **forma eficiente e alinhada às**

melhores práticas. Uma das principais orientações do manual é a adoção da **Auditoria Baseada em Riscos (ABR)** como método essencial para direcionar o planejamento das atividades de auditoria.

3.3.2. De acordo com o manual, as Unidades de Auditoria Interna devem utilizar a abordagem de **Auditoria Baseada em Riscos da própria Atividade de Auditoria**, o que implica em identificar, avaliar e priorizar os riscos associados aos processos da organização e à própria função de auditoria. Essa abordagem permite uma alocação mais eficiente de recursos e a concentração dos esforços de auditoria nos processos e áreas de maior exposição a riscos, assegurando a eficácia das ações de controle e fiscalização.

3.3.3. A metodologia adotada pela Unidade de Auditoria Interna para atender às diretrizes da CGU inclui, de forma sistemática:

ORD	TAREFAS	CARACTERÍSTICAS
1	Identificação e avaliação de riscos	Mapear e analisar os riscos inerentes aos processos organizacionais e à função de auditoria, classificando-os com base em sua probabilidade de ocorrência e impacto potencial.
2	Planejamento com base em riscos	Elaborar o Plano Anual de Auditoria com foco nos riscos mais relevantes, garantindo que as áreas críticas sejam auditadas com maior prioridade.
3	Monitoramento contínuo de riscos	Acompanhar regularmente a evolução dos riscos mapeados, revisando o planejamento de auditoria de acordo com as mudanças no cenário de risco.
4	Revisão e aprimoramento da metodologia	Periodicamente, revisar a metodologia de Auditoria Baseada em Riscos para assegurar que continue alinhada às mudanças regulatórias, estratégicas e operacionais da organização.

3.3.4. Essa metodologia assegura que as auditorias sejam **não apenas reativas, mas proativas**, antecipando problemas e fornecendo recomendações que contribuam para o aprimoramento da governança e da gestão organizacional.

3.3.5. Essa abordagem também garante que a Unidade de Auditoria Interna opere com **independência** e **objetividade**, mantendo-se em conformidade com as normas estabelecidas pela CGU, promovendo a **integridade**, a **transparência** e a **accountability** na gestão pública.

3.3.6. 1ª Fase - Identificação dos Riscos

ORD	TRABALHOS DE AUDITORIA - IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS
1	Meio Ambiente
2	Medicina e Segurança do Trabalho
3	Recursos Humanos
4	Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)
5	Orçamento e Finanças
6	Contratações Públicas
7	Receitas e Despesas Administrativas
8	Estoques
9	Contratos Administrativos
10	Segurança Orgânica
11	Patrimônio
12	Termo Execução Descentralizada (TED)
13	Despesas Judiciais
14	Nova Planta de Carregamento (FJF)
15	Emissário e Tratamento de Efluentes (FPV)

Tabela 2: potenciais riscos à organização
Fonte: AI - IMBEL

3.3.7. 2ª Fase - Avaliação dos Riscos

3.3.7.1. Após a identificação dos riscos (Tabela 2), foi realizada a estimativa de sua **magnitude**, definida como o nível de risco, com base nos critérios de “**Probabilidade**” de ocorrência do evento e seu respectivo “**Impacto**”. Os riscos foram classificados de acordo com a combinação entre Probabilidade e Impacto, utilizando as escalas apresentadas nas Tabelas 3 e 4.

ESCALA DE PROBABILIDADES		
MAGNITUDE	DESCRIÇÃO	IMPACTO
Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	3
Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	4
Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	5

Tabela 3: Escala de Probabilidades

Fonte: Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos - TCU

ESCALA DE IMPACTOS		
MAGNITUDE	DESCRIÇÃO	IMPACTO
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos.	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis.	3
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos.	4
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos.	5

Tabela 4: Escala de Impactos

Fonte: Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos - TCU

3.3.8. 3ª Fase - Mensuração dos Riscos

3.3.8.1. A mensuração do risco é realizada com base no **julgamento profissional** e na **expertise** da equipe de auditoria interna, em conformidade com as orientações estabelecidas pela [Instrução Normativa CGU nº 03/2017](#), que dispõe sobre os procedimentos para a avaliação de riscos e o planejamento de auditoria no âmbito do Poder Executivo Federal. Além disso, é respaldada pela [Portaria CGU nº 1.089/2018](#), que define as diretrizes para a implementação da Política de Gestão de Riscos e Controle Interno, e pela [Instrução Normativa CGU nº 01/2001](#), que trata das Normas de Auditoria do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

3.3.8.2. Esse processo é complementado pelas **análises dos trabalhos anteriores**, auditorias realizadas nas áreas envolvidas e entrevistas com os gestores. O julgamento dos auditores, amparado pelas legislações mencionadas e pelas diretrizes da **ABNT ISO 31000:2018** para a gestão de riscos, é fundamental na avaliação, considerando fatores qualitativos e quantitativos, como magnitude, natureza, impacto e relevância dos riscos identificados.

3.3.9. 4ª Fase - Identificação do Nível do Risco (Probabilidade x Impacto)

3.3.9.1. Cada processo ou atividade é avaliado de acordo com a **matriz apresentada**, resultante da combinação entre os fatores de **Probabilidade** e **Impacto**. O produto dessa

multiplicação permite a classificação dos riscos nas seguintes categorias: "Muito baixa" (1 a 4), "Baixa" (5, 6 e 8), "Média" (9, 10 e 12), "Alta" (15 e 16) e "Muito alta" (20 a 25).

NÍVEL DO RISCO (PROBABILIDADE x IMPACTO)						
Probabilidade	5. Muito alta	Baixa (5)	Média (10)	Alta (15)	Muito alta (20)	Muito alta (25)
	4. Alta	Muito baixa (4)	Baixa (8)	Média (12)	Alta (16)	Muito alta (20)
	3. Média	Muito baixa (3)	Baixa (6)	Média (9)	Média (12)	Alta (15)
	2. Baixa	Muito baixa (2)	Muito baixa (4)	Baixa (6)	Baixa (8)	Média (10)
	1. Muito baixa	Muito baixa (1)	Muito baixa (2)	Muito baixa (3)	Muito baixa (4)	Baixa (5)
		1. Muito baixo	2. Baixa	3. Média	4. Alta	5. Muito alta
		Impacto				

Tabela 5: Probabilidade x Impacto

Fonte: Roteiro de Auditoria de Gestão de Biscois - TCU

3.3.9.2. A metodologia adotada prioriza o escopo da auditoria, concentrando-se nos **trabalhos onde os riscos são mais prováveis e com impactos mais significativos**. Dessa forma, buscam-se apoiar os gestores na redução ou mitigação de eventos que possam afetar de forma substancial os objetivos da organização.

3.3.9.3. Para reforçar a atuação dos gestores na gestão de riscos, a Auditoria Interna (AI) acompanhará, durante as auditorias, a execução dos **Planos de Gerenciamento de Riscos das Unidades de Produção (UP)**, por meio dos Planos de Ação para o Tratamento de Riscos identificados. Esse acompanhamento ocorrerá de forma preventiva, considerando ações já implantadas ou em implantação, com base na mensuração de indicadores e controles internos eficazes para mitigar a materialização dos riscos.

3.3.9.4. O Anexo I apresenta o resultado da metodologia acima descrita. Dos **15 (quinze) trabalhos de auditoria possíveis, os 15 (quinze) serão executados**. Vale destacar que a seleção dos trabalhos de auditoria levou em consideração o **Relatório do 1º Semestre de 2024 da Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos (ACGR) da IMBEL** e os **Relatórios de Auditoria emitidos em 2024 pela AI**.

3.4. TRABALHOS DE AUDITORIA EM FUNÇÃO DE OBRIGAÇÃO NORMATIVA

ORD	TRABALHOS DE AUDITORIA - OBRIGAÇÃO NORMATIVA
1	Atendimento às recomendações dos órgãos de controle.
2	Prestação de Contas Anual/Relatório de Gestão.
3	Demonstrações Contábeis.
4	Adequação do CI, a Efetividade da Gestão dos Riscos e dos processos de Governança.

Tabela 6: Trabalhos de Auditoria - Obrigação Normativa

Fonte: Instrução Normativa nº 3/2017 da Controladoria-Geral da União (CGU)

3.4.1. O Anexo II consolida as auditorias selecionadas com base na **Avaliação de Riscos**, assim como as atividades obrigatórias estabelecidas pelos normativos pertinentes, totalizando **19 (dezenove) trabalhos de auditoria**. Além disso, o Anexo II apresenta a previsão detalhada dos trabalhos a serem realizados, abrangendo tanto as Unidades de Produção (UP) quanto a Sede. A execução das auditorias está condicionada à disponibilidade de recursos financeiros e à força de trabalho necessária, em conformidade com as diretrizes da **Instrução Normativa CGU nº 03/2017** e da **Lei nº 13.303/2016** (Lei das Estatais), que orientam a alocação de recursos e pessoal para o cumprimento das obrigações de auditoria.

3.5. ESCOPO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

3.5.1. O escopo dos trabalhos de auditoria encontra-se detalhado no **Anexo III**, sendo este o principal componente do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT). O referido anexo abrange as especificações das auditorias previstas, delineando seus objetivos, os tipos de serviços a serem prestados (avaliação, apuração e consultoria), a origem das demandas e os resultados esperados. A elaboração e execução desses trabalhos estão em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas pela **Instrução Normativa CGU nº 03/2017**, que regulamenta o processo de auditoria interna no setor público, garantindo a observância dos princípios da **Lei nº 13.303/2016** (Lei das Estatais), com vistas à promoção da eficiência, eficácia e transparência nas ações de controle.

4. ESCOPO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

4.1. Auditoria/Hora

4.1.1. A estimativa de horas de auditoria é calculada com base nas horas úteis anuais, considerando quatro integrantes da Auditoria Interna (AI) e distribuída por etapas de trabalho, abrangendo as Unidades de Produção (UP) e a Sede.

4.1.2. O **Anexo IV** apresenta um total de **7.360 horas disponíveis** para a realização dos trabalhos. A AI distribuirá essas horas da seguinte forma:

TRABALHOS	DISTRIBUIÇÃO
Pré-auditoria	18%
Trabalho de Campo	14%
Elaboração de Relatórios de Auditoria	38%
Monitoramento	4%
Deslocamentos	4%
Reserva Técnica	10%
Capacitação	3%
Outras Atividades	9%

Tabela 7: Estimativa de horas de auditoria

Fonte: Auditoria Interna IMBEL

4.1.3. As fases da Atividade de Auditoria Interna (planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento das recomendações), conforme os normativos aplicáveis, representam **74% do tempo total disponível**.

4.1.4. A alocação de horas para atividades de “Consultoria” e “Demandas Extraordinárias” está incluída na “Reserva Técnica”.

4.2. Cronograma das Auditorias e Recursos Financeiros

4.2.1. A AI prevê a execução dos trabalhos de campo na Sede e nas Unidades de Produção (FI, FE, FPV, FMCE e FJF), conforme o cronograma de auditorias apresentado no **Anexo V**.

4.2.2. O orçamento estimado para despesas relacionadas às auditorias está consolidado no **Anexo V**, totalizando **R\$ 90.431,02**, referente a diárias e passagens aéreas.

4.3. Capacitação da Auditoria Interna

4.3.1. Em conformidade com o Art. 4º da **IN CGU nº 05/2021**, a capacitação da equipe da AI é essencial para a atualização dos conhecimentos e para assegurar que os trabalhos sejam

executados com qualidade e eficiência. Os cursos e treinamentos programados, que abordarão temas de impacto relevante para a empresa, estão detalhados no **Anexo VI**.

4.4. Relatório e Monitoramento

4.4.1. Os resultados dos trabalhos de auditoria são formalizado no **Relatório de Auditoria (RA)**, que é submetido à análise do Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal (CF) e Comitê de Auditoria (COAUD). Além disso, o relatório é encaminhado ao Diretor-Presidente da IMBEL e ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), garantindo assim o envolvimento da alta administração da empresa e dos órgãos de controle.

4.4.2. As recomendações contidas nos relatórios de auditoria visam à **correção de impropriedades identificadas**. O monitoramento dessas recomendações é realizado por meio do [Módulo de Controle Interno do Sistema de Informações da IMBEL \(MCI/SIMBEL\)](#), que auxilia no acompanhamento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle interno e externo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. A Auditoria Interna da IMBEL apresenta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria o planejamento dos trabalhos prioritários para o próximo exercício, conforme as disposições da [IN CGU nº 05/2021](#).

5.2. O **comprometimento da alta administração da empresa**, aliado à **independência e objetividade da Auditoria Interna**, são fatores essenciais para garantir o sucesso dos trabalhos, **agregando valor** à organização.

5.3. Ressalta-se que o cumprimento dos objetivos do PAINT depende do engajamento dos gestores da Empresa, que possuem a responsabilidade de assegurar a boa gestão dos recursos públicos e atender às recomendações da Auditoria Interna.

5.4. Por fim, é importante destacar que o investimento em integridade, além de evitar possíveis sanções, é altamente benéfico para a empresa. O mercado valoriza cada vez mais as organizações que demonstram compromisso com **Governança, Ética e Integridade**, proporcionando-lhes vantagem competitiva, critérios diferenciados em parcerias estratégicas e novas oportunidades de investimento.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2024.

ECLP André Christian Reis Castro
Chefe da Auditoria Interna da IMBEL

Anexos:

I - Trabalhos de Auditoria (P x I)

II - Cronograma de Trabalhos

III - Trabalhos de Auditoria

IV - Auditoria / Horas da AI

V - Cronograma de Auditorias e Orçamento de Viagens

VI - Cursos e treinamentos

Brasília-DF, ____ de _____ de 2024.

General de Exército Achilles Furlan Neto
Presidente do Conselho de Administração da IMBEL

ANEXO I - TRABALHOS DE AUDITORIA (P X I)
PROBABILIDADE (P) E IMPACTO (I) POR SEDE/UP

TRABALHOS DE AUDITORIA	SEDE			FJF			FE			FMCE			FPV			FI			PAINT 25
	P	I	(PXI)	P	I	(PXI)	P	I	(PXI)	P	I	(PXI)	P	I	(PXI)	P	I	(PXI)	
Meio Ambiente	1	1	1	3	3	9	3	4	12	1	1	1	4	4	16	2	3	6	Sim
Medicina e Segurança do Trabalho	2	2	4	2	4	8	2	4	8	2	3	6	2	4	8	2	4	8	Sim
Recursos Humanos	2	3	6	2	4	8	2	4	8	2	3	6	2	4	8	2	3	6	Sim
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) (a)	2	4	8	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	4	8	Sim
Orçamento e Finanças	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	Sim
Contratações Públicas	2	2	4	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	2	4	8	Sim
Receitas e Despesas Administrativas	2	2	4	2	4	8	2	4	8	2	2	4	2	4	8	2	3	6	Sim
Estoques	1	1	1	3	4	12	2	4	8	3	4	12	3	4	12	3	4	12	Sim
Contratos Administrativos	2	3	6	2	4	8	3	4	12	2	4	8	2	4	8	2	4	8	Sim
Segurança Orgânica	1	2	2	2	2	4	3	4	12	2	2	4	3	4	12	2	4	8	Sim
Patrimônio	1	2	2	2	3	6	2	3	6	2	2	4	3	3	9	2	3	6	Sim
Termo de Execução Descentralizada (TED)	2	2	4	3	4	12	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	2	4	Sim
Despesas Judiciais	2	2	4	2	2	4	2	2	4	2	2	4	2	2	4	2	2	4	Sim
Emissário e Tratamento de Efluentes (FPV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	16	-	-	-	Sim
Nova Planta de Carregamento Munições (FJF)	-	-	-	3	5	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Total	6°		54	2°		116	3°		106	5°		77	1°		129	4°		92	

(a) – Para a realização de auditoria de TIC nas Unidades de Produção e na Sede, a Auditoria Interna da IMBEL poderá recorrer ao apoio de consultorias ou especialistas externos, conforme a necessidade e a complexidade dos trabalhos a serem executados.

CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DO RISCO (PROBABILIDADE X IMPACTO)				
Muito baixa (1 a 4)	Baixa (5, 6 e 8)	Média (9, 10 e 12)	Alta (15 e 16)	Muito alta (20 e 25)

Fonte: Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, 2017. (adaptada)

ANEXO II – CRONOGRAMA DE TRABALHOS

TRABALHOS DE AUDITORIA		1ª Auditoria						2ª Auditoria		
		FMCE	FJF	FPV	SEDE	F1	FE	FJF	FPV	FE
Avaliação dos Riscos e Análise UAIG	Meio Ambiente	X	X	X	–	X	X	X	X	X
	Medicina e Segurança do Trabalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Recursos Humanos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)	X	X	X	X	X	X			
	Orçamento e Finanças	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Contratações Públicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Receitas e Despesas Administrativas	X	X	X	X	X	X	–	–	–
	Estoques	X	X	X	–	X	X	X	X	X
	Contratos Administrativos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Segurança Orgânica	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Patrimônio	X	X	X	X	X	X	–	–	–
	Termo de Execução Descentralizada (TED)	X	X	X	–	X	X	X	X	X
	Despesas Judiciais	X	X	X	X	X	X	–	–	–
	Nova Planta de Carregamento (NPC) da FJF		X	–	–	–	–	X	–	–
	Emissário e Tratamento de Efluentes (FPV)	–	–	X	–	–	–	–	X	–
Obrigatórios	Adequação do CI a efetividade da Gest. dos Riscos e Governança	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atendimento às recomendações dos órgãos de controle	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Prestação de Contas Anual/Relatório de Gestão	–	–	–	X	–	–	–	–	–
	Demonstrações Contábeis	–	–	–	X	–	–	–	–	–
		15	16	16	14	15	15	11	11	10

ANEXO III – TRABALHOS DE AUDITORIA

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
1	Meio Ambiente	Avaliação	Riscos Estratégicos	a. Verificar e avaliar o cumprimento da legislação ambiental, visando à preservação, à melhoria e à recuperação da qualidade ambiental. b. Avaliar (conferir) as Licenças Ambientais, Outorgas e documentos correlatos. c. Verificar a implantação da ISO 14001:2015 pela IMBEL.	– Controles internos dos processos produtivos que envolvam risco ambiental otimizados, visando o desenvolvimento sustentável. – Conformidade da organização com a Política interna de conservação do Meio Ambiente. – Manuseio, transporte e descarte de resíduos sólidos e tóxicos em segurança. – Adequação da IMBEL à ISO 14001:2015.	– Legislações ambientais Federal, Estadual e Municipal. – PI e PLS. – Autos de infração ambiental. – Processos produtivos.
2	Medicina e Segurança do Trabalho	Avaliação	Riscos Estratégicos	a. Avaliar os normativos corporativos (processos) sobre medicina e segurança do trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras do trabalho. b. Avaliar o funcionamento e a atuação da SESMT/CIPA. c. Avaliar o cumprimento e a execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). d. Verificar os setores da UP com incidência de riscos. e. Avaliar os laudos aplicáveis para as áreas de incidência de risco à saúde e à segurança dos trabalhadores. f. Verificar as inspeções de	– UP seguras quanto às condições de trabalho, conforme a legislação vigente. – Medicina e Segurança do Trabalho adequada às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. – Afastamentos laborais reduzidos. – Indenizações reduzidas por acidente de trabalho. – Acidentes no trabalho reduzidos. – Emissão do AVCB da FPV.	– Locais de trabalhos. – NR do trabalho. – PCMSO – SESMT/CIPA. – IN 001.H-003. – Relatório dos órgãos de fiscalização e controle de acidente de trabalho. – Grau de riscos para concessão de benefícios. – Termo de responsabilidade do EPI. – Plano de evacuação. – Instalações da FPV (AVCB).

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
				órgãos reguladores tanto internos e externos. g. Avaliar o envio da Comunicação de Acidente de Trabalho ao INSS. h. Avaliar o processo de entrega/substituição e uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI). i. Avaliar o treinamento de evacuação pelas UP/SEDE (relatórios). j. Avaliar os riscos das instalações de produção quanto à segurança a sinistros (explosão, incêndio, curtos-circuitos etc). k. Avaliar as Ações mitigadoras da FPV quanto à emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).		
3	Recursos Humanos	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Analisar (Certificar) a admissão de empregados concursados em conformidade com os critérios estabelecidos pela IMBEL. b. Verificar o processo de contabilização dos valores referentes a Folha de Pagamento nas Demonstrações Contábeis. c. Verificar a concessão de benefícios concedidos, segundo os critérios estabelecidos pela	– Gestão de RH aderente à legislação trabalhista. – Concessão de benefícios de acordo com os critérios estabelecidos pela organização. – Valores destinados à Folha de Pagamentos provisionados corretamente nas contas contábeis corretas. – Processo de admissão de pessoal em conformidade com os	– DRADM e o Setor de RH das UP/SEDE. – PECS e PEC. – Contracheques. – Exame de Pagamento do Pessoal. – DATASUL. – Sistema E-pessoal do TCU. – IN 001.H-003. – Pastas funcionais. – Orientações da SEST.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
				Organização. d. Verificar a validação do Processamento da Folha de Pagamento nos sistemas corporativos informatizados. e. Examinar os documentos de pessoal e a adequada manutenção da documentação exigida pela legislação. f. Realizar exames em Contracheques para verificar a consistência dos lançamentos com os eventos ocorridos no período. g. Certificar o recolhimento dos encargos trabalhistas. h. Avaliar a eficácia, eficiência e efetividade dos Exames de Pagamento de Pessoal. i. Verificar a remuneração dos administradores, conforme orientação da SEST.	critérios estabelecidos pela organização. – Integridade do Processamento da Folha de pagamento nos sistemas informatizados. – Controles internos dos processos de gestão de RH eficientes. – Improriedades nos pagamentos de salários e benefícios reduzidos. – Passivo Contingente reduzido. – EPP eficiente, eficaz e efetivo. – Remuneração dos administradores consistentes. – Cumprimento do Plano de Empregos, Carreiras e Salários e do Plano de Empregos em Comissão.	
4	Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Avaliar se a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) está internalizada na UP. b. Avaliar a execução e o acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). c. Verificar o processo de contratação de bens e serviços de TIC.	– Cultura de Segurança de TIC internalizada. – Riscos reduzidos nos processos de TIC. – RH de TIC aproveitados na melhor forma possível. – Custos de TIC otimizados. – Plano de ação eficiente, garantindo soluções dos problemas de TIC.	“CheckList” com base na ABNT NBR ISSO/IEC 27001:2016 e ISO/IEC 27002:2015. – Gestão de Riscos de TIC. – IN N° 01, Abr 19 – Processo de contratação de soluções de TIC.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
				d. Verificar e avaliar a existência do Plano de Continuidade do Negócio. e. Identificar fatores que impactem no desempenho das soluções de TIC e na integração com os processos da UP.		
5	Orçamento e Finanças	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Avaliar a execução orçamentária de acordo com a finalidade da Ação/Programa de Trabalho. b. Avaliar o cumprimento de normativos corporativos de Gestão Orçamentária e Financeira. c. Verificar os Estágios da Despesa pública. d. Avaliar os Restos a Pagar da UG. e. Avaliar os Adiantamentos a Fornecedores. f. Verificar o processo de Conformidade dos Registros de Gestão da UA/UP no SIAFI. g. Verificar a Conformidade do Rol de Responsáveis da UA/UP no SIAFI.	- Gastos aderentes as finalidades. - Controles internos sobre gastos efetuados em consonância com os termos definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA). - Créditos orçamentários cancelados reduzidos. - Adiantamentos a fornecedores conforme a Lei. - Registro da Gestão da UA/UP no SIAFI em conformidade.	- Execução orçamentária e financeira UP/SEDE. - Orientação aos Agentes da Administração IMBEL. - NE, NF e OB. - PPA, LOA e LDO. - Contratos. - Rol dos Responsáveis. - Conformidade da Gestão.
6	Contratações Públicas	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios. b. Verificar e avaliar os procedimentos licitatórios quanto às formalidades da legislação.	- Aquisições de bens/serviços em conformidade com a legislação, buscando preços compatíveis e qualidade na aquisição. - Termos de referências	- Processos licitatórios. - Lei 13.303, Dec. 8.945, o RLI e Contratos da IMBEL. - Nova lei de licitações e Contratos (14.133/21). - Portaria 288/IMBEL.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
					imparciais nos editais. - Aquisições anuais planejadas.	
7	Receitas e Despesas Administrativas	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Analisar os Atos/Fatos administrativos que envolvem concessionárias de serviço público, aluguel, material de escritório, combustíveis e lubrificantes, materiais de consumo, serviços gráficos, seguros em geral, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, inclusive de informática, telefone, fretes, serviço de limpeza e conservação. b. Avaliar a prestação de contas de Suprimento de Fundos.	- Economicidade na aquisição de bens/serviços das despesas administrativas. - Procedimentos administrativos aderentes à legislação. - SF de acordo com a legislação. - Avaliar os critérios de reconhecimento e apuração contábil da Manutenção da Capacidade Estratégica (MCE), incluindo o rateio de custos e taxas por centro de custos, além do acompanhamento de gastos com Mão de Obra Ociosa e Custos Gerais de Fabricação por ociosidade.	- Orientação aos Agentes da Administração da IMBEL. - Processos Administrativos. - Comprovantes de pagamentos. - Contratos de prestação de serviços. - PDR. - Notas Fiscais. - Suprimento de Fundos.
8	Estoques	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Verificar e avaliar o processo do inventário das UP. b. Verificar e avaliar as condições de armazenamento dos bens, o destino dos bens inservíveis e o material de difícil contagem do inventário. c. Observar a existência física do item com as fichas de controle do estoque. d. Avaliar os registros dos itens em conformidade com as	- Existência física dos itens. - Armazenamento dos itens nos aspectos do controle, organização e segurança. - Gestão do estoque aderente às normas contábeis e à legislação aplicável.	- Estoques de produção. - DATASUL. - Controle das Perdas de estoque. - CPC 16 (estoques) e demais normas pertinentes.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
				normas Contábeis.		
9	Contratos Administrativos	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Avaliar a presença de informações obrigatórias nos Contratos Administrativos (Cláusulas contratuais, aditivos, repactuações, reajustes, revisões, rescisões e prorrogações). b. Avaliar a indicação e a atuação dos fiscais de contratos. c. Verificar os controles internos na execução dos contratos administrativos celebrados pela SEDE e UP. d. Publicação dos contratos no <i>site</i> da IMBEL e DOU, se for o caso.	– Contratos Administrativos em conformidade com a lei, com as normas jurídicas e com a política da empresa. – Fiscais de contratos atuando de forma eficiente. – Contratos Administrativos publicados, com oportunidade, no <i>site</i> da IMBEL e DOU.	– Processos licitatórios. – Contratos. – Lei 13.303, Dec. 8.945, o RLI e Contratos da IMBEL. – Nova Lei de Licitações e Contratos 14.133/21. – Site da IMBEL/Contratos.
10	Segurança Orgânica	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Avaliar a gestão da Segurança Orgânica Corporativa. b. Verificar e avaliar o controle da entrada/saída de material/pessoas na UP. c. Verificar e avaliar o acionamento dos Órgãos de Segurança Pública perante situação de emergência. d. Avaliar as condições dos armamentos, uniformes, veículos, sistema de comunicação, sistema de segurança, alarmes, instalações etc utilizados pelos	– Segurança Orgânica Corporativa eficaz, eficiente e efetiva, prevenindo, detectando, dificultando ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda da Empresa e de empregados e da informação, inclusive a proteção e preservação do bioma de áreas de responsabilidade da UP. – Resposta rápida dos órgãos de segurança pública quando acionados pela UP. – Título de Registro da UP	– UP. – Guarda patrimonial (vigilante) da UP. – Dispositivos utilizados na Segurança do patrimônio. – Plano de Segurança Orgânica da UP. – Manual Segurança Orgânica Corporativa. – Port. 56-DFPC/EB, de 5 Jun 17. – Processos Administrativos.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
				vigilantes. e. Verificar o Plano de Combate a Incêndio e o Plano de Evacuação das Instalações. f. Analisar a segurança de instalações da UP que armazena/fabrica materiais sensíveis de interesse de organizações criminosas. g. Verificar a validade do Título de Registro da UP, junto à DFPC/EB, para a produção, armazenamento, transporte, comercialização, importação e exportação de Produtos Controlados pelo Exército (PCE). i. Verificar Sindicâncias/Processos Administrativos, quanto a furto/roubo de materiais, acessos a locais não permitidos etc.	atualizado. – PA quando na observância de delitos contra o patrimônio da Empresa.	
11	Patrimônio	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Verificar os bens, a documentação comprobatória e registros contábeis do Patrimônio. b. Analisar a administração do imobilizado quanto aos princípios da Administração Pública (aderência à finalidade e à eficiência).	– Aperfeiçoamento dos controles internos em relação ao Imobilizado e os registros nas Demonstrações Contábeis. – Melhorias no processo do inventário. – Analisar os contratos de comodato no contexto das Unidades de Produção da IMBEL, com ênfase na importância do	– Itens do Imobilizado. – CPC 27 (Ativo Imobilizado). – DATASUL. – Bens alugados para/de terceiros. – Bens de Permissões de uso. – Frota de automóveis. – Vendas de imóveis. – Comodato.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
					controle e gestão realizados pela UP, garantindo conformidade legal, aderência às condições pactuadas e a efetividade no uso dos bens cedidos.	
12	Termo de Execução Descentralizada (TED)	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Avaliar o cumprimento de TED. b. Verificar as entregas dos produtos, conforme o prazo acordado. c. Avaliar a fiscalização do cumprimento das metas, etapas ou fases estipuladas no plano de trabalho.	- TED executado conforme o Plano de Trabalho. - TED em conformidade com a legislação.	- TED celebrado pela IMBEL. - Dec. 10.426, de 16 Out 20. - Port. Nr 60-SEF, de 18 Jun 20. - Fiscal do TED
13	Despesas Judiciais	Avaliação	Riscos da UAIG	a. Avaliar os critérios de reconhecimento e mensuração das Provisões de Passivos Contingentes oriundo de demanda judicial. b. Avaliar as causas que geram o reconhecimento do Passivo Contingente, oriundo de demanda judicial.	- Razoabilidade das contingências judiciais e o adequado critério de reconhecimento da provisão contábil. - Controle sobre os problemas originários das demandas judiciais.	- DATASUL. - CPC 25. - Passivo Contingente. - Advocacia Geral e a Regional da IMBEL. - Módulo Jurídico.
14	Nova Planta de Carregamento (NPC) da FJF	Avaliação	Risco Estratégico	a. Avaliar as fases para a FJF ativar a NPC. b. Avaliar as entregas dos bens/serviços contratados pela UP. c. Verificar os riscos de não conclusão da NPC da FJF.	- A auditoria interna avaliando as fases da NPC, conforme o projeto executivo (Nr 001/2020).	- Instalações da NPC/FJF. - Projeto Nr 001/2020. - Contratos. - Fiscais de contratos. - Gestor da NPC/FJF.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
15	Emissário e Tratamento de Efluentes (FPV)	Avaliação	Riscos Estratégicos	a. Avaliar o cronograma físico-financeiro das 12 (doze) ações ambientais mitigadoras, junto à CETESB/SP. b. Verificar a efetividade das ações mitigadoras propostas pela UP.	– A auditoria interna avaliando o projeto Tratamento de Efluentes, conforme a legislação ambiental, no prazo determinado (2026).	– 12 (doze) ações ambientais mitigadoras. – Contratos. – Fiscais de contratos. – Gestor do Tratamento de Efluente.
16	Adequação do Controle Interno e a Efetividade da Gestão dos Riscos e dos processos de Governança	Avaliação	Estatuto Social da IMBEL Art. 102.	a. Avaliar os componentes do Controle Interno: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividade de monitoramento. b. Avaliar se os CI são efetivos e eficazes na mitigação dos riscos a eles associados; o alcance dos Objetivos Estratégicos; a confiabilidade e a integridade das informações; a salvaguarda de ativos e aspectos de conformidade (leis, regulamentos). c. Verificar a implementação do Plano de Gestão e Riscos Corporativos. d. Verificar se os riscos estratégicos são identificados e avaliados e se as respostas são estabelecidas de forma compatível com o apetite ao risco. e. Verificar se a organização	– Riscos corporativos identificados e mensurados quanto ao apetite ao risco. – Sistema de GR e de CI estabelecidos, prevenindo e mitigando os principais riscos a que está exposta a IMBEL, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude. – Atividade de auditoria baseada em riscos. – A Governança alinhada às boas práticas. – Decisões da alta administração, envolvendo partes relacionadas, direcionadas ao interesse da empresa e da sociedade. – A observância pela IMBEL das resoluções CGPAR/ME, no que couber.	– Lei 13.303/16. – Política de GR e o Plano de GR. – Sistema de Controle Interno (Gerenciamento de riscos e controle interno). – Processos da empresa (vendas, produção, marketing, segurança, cliente, recursos humanos, compras, RH, orçamentos, financeiro e infraestrutura, inventário e TIC). – Política de Transações com Partes Relacionadas. – IGG/TCU e IG/SEST. – CGPAR/ME. – LGPD, Lei 13.709/2018.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho Objetos de análise Básicos
				possui controles para identificar e tratar potenciais riscos de fraude. f. Avaliar a efetividade da Governança à luz das boas práticas apresentadas por órgãos de controle (TCU, CGU, CIsSet e CCIEx) e demais instituições como a SEST, a ABOP, o IBGC, o IBGP e o IIA. g. Avaliar, com o COAUD, a adequação das Transações com Partes Relacionadas. h. Verificar, no que couber, à observância pela IMBEL das resoluções CGPAR/ME. i. Avaliar a adequação das relações de trabalho à LGPD.		
17	Atendimento às recomendações dos órgãos de controle	Avaliação	Estatuto Social da IMBEL Art. 102.	a. Monitorar os Relatórios de Providências emitidos pelas UP e SEDE acerca das recomendações dos órgãos de controle. b. Acompanhar a implementação das recomendações com as evidências aplicáveis e os Planos de Ação.	– Recomendações atendidas pelas UP e SEDE por meio de Planos de Ação. – UP atendendo, de forma tempestiva, às recomendações dos órgãos de controle.	– Relatórios de Providências UP/SEDE. – Relatórios de Auditoria. – MCI/SIMBEL.
18	Prestação de Contas Anual/Relatório de Gestão	Avaliação	TCU e CGU	a. Realizar o Parecer de Auditoria (opinião) sobre a composição formal da Prestação de Contas Anual/Relatório de Gestão, aderentes às normas do TCU. b. Avaliar o cumprimento da	– A PCA e o Relatório de Gestão em conformidade com as normas do TCU. – Transparência à sociedade e credibilidade sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da empresa.	– PCA da IMBEL. – Relatório de Gestão e peças complementares.

Trabalhos de Auditoria (Processos)		Serviços de Auditoria	Origem da Demanda	Programa de Trabalho	Objetivo/Finalidade (Resultados esperados)	Escopo do Trabalho
						Objetos de análise Básicos
				obrigação de prestar contas, mediante auditoria de conformidade e demais trabalhos de avaliação, constantes no PAINT.		
19	Demonstrações Contábeis	Avaliação	Dec. 3591/00 Art. 15, Parágrafo 6.	a. Realizar o Parecer quanto à adequação das Demonstrações Contábeis, no aspecto formal, de acordo com as práticas contábeis e legislação aplicável.	- As DC em conformidade com as práticas contábeis brasileiras.	- Normas Contábeis. - DC Trimestrais. - Relatórios suportes às DC. - Balancetes e Razões contábeis.

ANEXO IV - AUDITORIA / HORAS DA AI
(Os dados apresentados referem-se a 4 integrantes da AI)

Org	Auditoria (74%)				Deslocamento (viagens)	Reserva Técnica	Capacitação	Demais Atividades	Total
	Pré-auditoria	Trabalho de campo	Relatório	Monitoramento					
AI	–	–	–	294h	–	736h	222h	662h	1914h
SEDE	110h	220h	329h	–	–	–	–	–	659h
FI	145h	105h	330h	–	68h	–	–	–	648h
FPV (*)	310h	200h	603h	–	80h	–	–	–	1193h
FJF (*)	310h	200h	603h	–	80h	–	–	–	1193h
FE (*)	310h	200h	603h	–	42h	–	–	–	1155h
FMCE	140h	105h	329h	–	24h	–	–	–	598h
Total	1. 325h	1. 030h	2. 797h	294h	294h	736h	222h	662h	7. 360h
%	18%	14%	38%	4%	4%	10%	3%	9%	100%

1. A utilização das horas foi elaborada com os seguintes dados: 252 dias úteis em 2025. Cada integrante da auditoria terá 22 dias úteis de férias, totalizando $(252-22) = 230$ dias, multiplicado por 8h (40h semanais/5 dias), multiplicado por 4 integrantes = **7.360** horas disponíveis.

2. Todos os valores foram multiplicados por 4 integrantes da AI.

3. A carga horária para a Capacitação foi extraída do planejamento de Capacitação da Imbel de anos anteriores.

4. A pré-auditoria é realizada nas instalações da AI, aproximadamente, em 1 (uma) semana e o relatório de auditoria, em 2 (duas) semanas.

(*) Previsão de 2 (duas) auditorias na FPV, FJF e FE.

ANEXO V - CRONOGRAMA DE AUDITORIAS E ORÇAMENTO DE VIAGENS

Unid	Local	Previsão de Auditorias	Nr Dias (Até)	Integrantes	Diárias (1) (R\$)	Passagem (2) (R\$)
FE	Magé/RJ	2 (duas)	10	4	54. 427, 50	36. 003, 52
FI	Itajubá/MG	1 (uma)	5	4		
FPV	Piquete/SP	2 (duas)	10	4		
FMCE	Rio de Janeiro/RJ	1 (uma)	5	4		
FJF	Juiz de Fora/MG	2 (duas)	10	4		
SEDE	Brasília/DF	1 (uma)	A definir (3)	4	–	–
Total em R\$					90. 431, 02	
1. Os valores das diárias foram calculados conforme a IN 00.I.0-003 - Rev. 03 Anexo C, de 15 Jul 22.						
2. As tarifas aéreas nos trechos de ida/volta foram calculadas pela média das viagens realizadas em 2024, acrescida a taxa de correção de 10%. No entanto podem ocorrer alterações tarifárias, dependendo das datas das compras das passagens.						
3.Considerando que a SEDE é o núcleo de governança da empresa, com suas estruturas de controles internos e gestão de riscos corporativos, além das Diretorias e Assessorias, o período da auditoria poderá se estender por mais de uma semana de trabalho e será especificado no início de 2025.						

ANEXO VI - CURSOS E TREINAMENTOS

a. Cursos obrigatório e necessário:

TREINAMENTO	OBJETIVO DO CURSO	HORAS	INSTITUIÇÃO	FORMATO
Auditoria Operacional	Realizar uma auditoria operacional, com o uso de técnicas eficientes e de papéis de trabalho úteis, e na sequência, elaborar relatórios de auditoria que favoreçam a comunicação clara dos resultados dos trabalhos para as diferentes partes interessadas.	60h	Instituto Serzedello Corrêa – TCU	On Line
Audi 1 – EOP	Capacitar os participantes em conceitos, procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das responsabilidades na auditoria interna governamental.	24h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line
Audi 2 – EOP	Apresentar aos participantes conceitos sobre riscos, transparência e governança, além de abordar o planejamento estratégico e garantia de qualidade da auditoria interna e técnicas para a execução de auditoria interna baseadas em riscos.	24h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line
Contratações das Empresas Estatais	Curso Especial com foco nas Licitações e Contratos de acordo com a Lei 13.303/2016 e na análise do Impacto da Lei 14.133/2021.	16h	Orzil	On Line
Auditoria Interna Assessorando os Órgãos de Governança	Capacitar os treinandos para implantação e atuação junto aos comitês de auditoria e de elegibilidade, previstos na Lei das Estatais (13.303).	24h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line
Tools for Audit Managers – Ferramentas para Gerente de Auditoria	Capacitar os gerentes de auditoria para liderar equipes de auditoria.	24h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line
Processo de Auditoria Baseado em Riscos	Compreender as normas regulatórias relevantes, como a IN SFC/CGU nº 3/2017, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, e a IN SFC/CGU nº 8/2017, que publica o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de	20h	Controladoria-Geral da União	On Line

	Auditoria Interna, além da Orientação Prática: Serviços de Auditoria , aprovada pela Portaria SFC nº 3.307/2022.			
IA-CM – ON LINE	Identificar os fundamentos necessários para uma Auditoria Interna eficaz no setor público, refletindo os principais avanços em governança, negócios e gerenciamento de riscos; e na profissão de Auditoria Interna.	20h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line

b. Curso e seminários **desejáveis**, dependendo de recursos financeiros:

TREINAMENTO	OBJETIVO DO CURSO	HORAS	INSTITUIÇÃO	FORMATO
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI)	O Congresso do IIA Brasil tem como missão fortalecer o papel da auditoria interna como uma função chave para a governança, gestão de riscos e conformidade nas organizações, oferecendo um espaço de aprendizado contínuo e integração para a comunidade de auditores internos.	-	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	Presencial
LGPD à Luz da Auditoria Interna	Compreender a Lei 13.709/2018, seus requisitos e implicações regulatórias para a organização; avaliar a exposição da organização quanto a dados pessoais. Executar procedimentos de auditoria interna sobre a implementação da LGPD	16h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line
Ágil para auditoria interna	Trazer uma visão inovadora suportada por metodologia ágil para todas as fases de auditoria, desde a construção de um plano de auditoria até o reporte e relação com os stakeholders.	24h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line
Auditando a Gestão de Riscos Corporativos (GRC)	Preparar os auditores para conduzir o processo de avaliação e consultoria da Gestão de Riscos Corporativos (GRC) e os líderes da organização na implementação segura do processo.	24h	Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil	On Line

Fundamentos da Auditoria Governamental	Trilha de Aprendizagem: Auditoria e Controle Para Estatais, Técnicas de Auditoria Interna Governamental, Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental, Elaboração de Relatórios de Auditoria, Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso) e Normas Internacionais de Auditoria Financeira - NIA	144h	ENAP	On Line
Auditoria Baseada em Risco – Etapa I	Compreender o propósito da avaliação de risco em auditoria e entender como o auditor utiliza essa avaliação para definir o escopo do trabalho e a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.	25h	Instituto Serzedello Corrêa – TCU	On Line
Auditoria Baseada em Risco – Etapa II		25h		